

INCERTEZA E RISCO NA AGRICULTURA TROPICAL

Fernando Pedrão (*)

Incerteza e risco são problemas fundamentais do funcionamento da economia rural, especialmente de seu eixo principal, a agricultura. Nos trópicos e sub-trópicos são elementos essenciais do meio rural, que se fazem presentes, de diversos modos, em diferentes níveis de equilíbrio hídrico. Principalmente, são elementos que se tornaram melhor conhecidos, por isso mesmo, que devem, obrigatoriamente, ser levados em conta. A presença local e imediata, de fenômenos globais, tais como as macro-variações de umidade, tornam-se tema obrigatório, na era dos satélites e dos computadores.

Surpreende, portanto, por mais que as razões sejam conhecidas, que se continue a falar e elaborar políticas para a agricultura como se ela fosse igual em todos os lugares, ou como se ela pudesse ser conhecida através de questões de custos e preços de estabelecimentos agrícolas individualmente considerados.

É indispensável reconhecer quem são os protagonistas da agricultura. No campo, mais que na cidade, é essencial distinguir capitalista, que tem os recursos, de produtor genericamente quem produz; empresa, que é a organização, de estabelecimento; e ainda, de perceber as diferenças decorrentes do tamanho e da localização dos estabelecimentos. Alguns capitalistas detêm várias empresas, assim como muitas empresas têm vários estabelecimentos. São, portanto, diferentes níveis e tipos de análise. A localidade e a oportunidade são categorias próprias da agricultura, como tal, insubstituíveis como referências de análise.

Incerteza e risco atingem a produção agrícola em seus diversos aspectos, aparecendo aos produtores como um risco geral, que incide sobre a formação de renda e sobre o preço de mercado da capacidade instalada nos estabelecimentos produtivos. A incerteza é inerente ao meio físico, enquanto o risco é um atributo da produção. Incorre-se em riscos quando se pretende produzir. Conhecer as condições de incerteza é, portanto, um primeiro passo para conhecer, portanto, controlar os riscos com que se trabalha e convive.

Nos trópicos há duas situações básicas de incerteza,

decorrentes das características e do modo de reprodução dos ambientes úmido e semi-árido, com seus tempos próprios de reposição de seus elementos, com as variedades de situações que correspondem a cada um dos dois. É fundamental levar em conta como elas se combinam, localmente, nos sistemas de produção, que sempre estão em transformação; que afetam a sociedade por sua intensidade e por seus diferenciais de velocidade.

Aridez e excesso de chuvas são os indicadores extremos - mais evidentes - do problema. Mas não cobrem a complexidade da questão. Os problemas de oscilação de umidade - principalmente por irregularidade pluviométrica - são maiores e mais complexos que os indicados pela aridez. Inclusive áreas tidas como prósperas são, muitas vezes, incapazes de sustentar uma oferta de produtos suficiente para garantir a reprodução de sua população com as técnicas localmente disponíveis.

A incerteza está concentrada nos ambientes semi-áridos, mas o risco - surpreendentemente - encontra-se nesses dois tipos de ambiente, indicando que os efeitos negativos de formas desiguais, acumularam-se do mesmo modo nos dois tipos de ambiente, mostrando que as restrições físicas de incerteza podem ser equiparadas com situações socialmente negativas, que se acumulam ao longo do tempo. Pelo contrário, os problemas sociais acumulam-se, também, nas regiões úmidas, onde geralmente se concentram mais pessoas. Paralelamente, agrava-se a situação das regiões semi-áridas, onde o simples crescimento vegetativo da população projeta um aumento de pressão sobre as estruturas produtivas, indicando um potencial de emigração.

A rigidez da estruturação social tradicional torna-se mais visível, porque é atingida, simultaneamente, pelos efeitos acumulativos do desgaste de sistemas secularmente explorados sem cuidado algum de preservação de recursos físicos, nem de qualificação do trabalho, que têm crescente dificuldade para se manterem gerando resultados *satisfatórios* para seus detentores.

No Brasil, a comparação está clara. Os processos que comprometem a agricultura concentram-se, inclusive com a transferência de elementos de incerteza para o quadro de

(*) Docente Livre da Universidade Federal da Bahia

riscos. Modos de exploração predatórios, instalados desde a invasão ibérica, alteram gradualmente o quadro físico, mediante desmatamento, açoreamento e contaminação dos solos, junto com uma estruturação fundiária fortemente desigual, tendente a acentuar os riscos da produção para uso local, desde energéticos a alimentos.

Historicamente, o capital rural procurou obter renda através de explorações com baixos custos de terra e trabalho, o que se traduziu em produção extensiva, em que os trabalhadores absorvessem os custos de sua própria reprodução. O ambiente de fronteira móvel persiste, desde o início da colônia, em parte com a incorporação de terras de índios e de caboclos pobres, em parte mediante a sobreposição de explorações mais capitalizadas sobre outras menos capitalizadas, geralmente com a intermediação do poder político. Essas explorações compreendem ampla variedade de produção extensiva e de combinações de produção para mercado e de subsistência, usando sempre essas combinações como meio de evitar riscos. Nesse quadro, o conflito agrário reflete a extensão e a profundidade desses movimentos, que eventualmente recrudescem em regiões de colonização antiga, tal como tem se visto na Bahia, no Maranhão e em São Paulo.

Esse comportamento modifica-se a partir do momento em que os capitais assim aplicados encontram novas opções de aplicação, que superam aquelas restrições de rentabilidade. A partir de certo momento, torna-se mais rentável concentrar capital em áreas irrigadas, onde o fator terra barata é substituído pelo fator água barata, que na prática significa que o governo arca com os custos básicos da oferta de água, seja custos de adução de água ou de isenção de tributos sobre água escassa de rios.

A expansão do capital industrial aporta novos elementos de comparação na relação risco/renda, que põem o capital rural diante de novas opções. A industrialização da produção rural opera com perspectivas de maior rentabilidade, porque apoiada em renovação da comercialização, com sua difusão nas cidades e sua internacionalização. Opera, portanto, com horizontes de renda que superam os riscos anteriores, deslocando os preços das terras.

Concomitantemente, a valorização da terra é pressionada pela combinação do crescimento demográfico com os efeitos acumulativos da desigualdade social. Há mais pessoas oriundas do campo, que devem escolher entre permanecer ali ou encontrar localização urbana; assim como há um número crescente de pequenos e de médios produtores que se tornam inviáveis e tentam permanecer com suas propriedades, portanto pressionando para obter compensações. A pressão agrária estende-se, no entanto, seguindo um padrão influenciado pela estrutura institucional, que é a forma básica de estabilidade do perfil da propriedade de terras.

Assim, na agricultura desenvolvem-se padrões diferenciados de comportamento frente a relação renda/risco, seguindo os diversos produtores têm acesso a capital, a preços que permitam substituir a tradicional vantagem de terra

barata por rendimentos físicos crescentes, bem como a vantagem de trabalho barato por mecanização subsidiada.

É uma linha divisória móvel, que põe de um lado aqueles produtores que sustentam a formação de capital a níveis superiores aos dos riscos; e de outro lado, os que operam numa mesma faixa de rentabilidade e tentam reduzir seus riscos atuais sem alterar a composição de seu capital. Alterar a composição do capital, isto é, ganhar a capacidade de mudar de programa de produção, é um resultado que ao mesmo tempo denota uma qualificação do produtor, para administrar situações em que variam suas opções, portanto, em que suas decisões devem mostrar uma capacidade de adaptação às condições de momento.

Essa parece ser uma forte razão para que a agricultura tropical reincida em estilos de produção que são, de fato, estratégias de transferência de riscos através do sistema político, em diversas formas, que vão desde a evasão de impostos a obras públicas e a financiamento preferencial. Ao desconsiderar a questão da preservação a longo prazo do valor das terras, a agricultura cai numa armadilha, que a impede de comparar os valores atuais dos equipamentos com os valores atuais das terras trabalhadas, bem como deixa de considerar os valores das terras trabalhadas com os custos representados pelo desgaste de recursos naturais.

Por sua vez, a desvalorização provém de acumulação de resultados negativos de produtores que não conseguem superar seus riscos e ficam em posição desfavorável para obter capital e garantir rentabilidade. Esse é um ponto fundamental: aquela parte da agricultura que opera cronicamente em desvantagem frente aos demais tipos de investimento. A crescente inviabilização da pequena e da média produção traduz-se em pressão agrária, por sua vez resultando em tensão social.

Essa lógica de continuidade choca-se com os resultados de movimentos de valorização e desvalorização, que atingem o campo de modo aparentemente descontraído, mas que na verdade respondem a interesses urbanos que se projetam ao agro. A valorização chega por conta das compras de terras, por grandes grupos e por profissionais liberais. Chega junto com uma compreensão de agricultura industrializada, ou conduzida como uma indústria. Substitui a compreensão tradicional de agricultura como atividade realizada a partir de um patrimônio de terras, pela de agricultura como um empreendimento que usa terras, que eventualmente pode trocar por outras; e que vê os cuidados com o solo com a mesma noção que rege a manutenção de máquinas que ao cabo de algum tempo tornam-se sucata.

É um movimento sumamente complexo, que tem se acentuado, inclusive em momentos de queda da rentabilidade dos estabelecimentos, justamente quando as terras são equivalentes a ações em baixa. Abrem-se frentes de valorização, a partir de terras mais acessíveis, que podem ser convertidas a usos indicados por pressões imediatas do mercado. Esse movimento jamais cessou no Brasil, onde o

campo funciona como espaço de expansão de capital formado na economia urbana.

No entanto, esses movimentos de valorização e desvalorização encontram-se com a necessidade de remuneração do capital. Os dados de produção e renda a médio prazo derrubam as sinalizações da especulação, porque os investimentos no campo tendem a assumir certa rigidez: os retornos se dão por ano agrícola; é preciso mostrar renda para especular.

A pressão para a baixa dos preços das terras estende-se a todas aquelas de algum modo atingidas pela incerteza. A combinação de incerteza com imobilização de capital afugenta os capitalistas da produção diversificada e especialmente das culturas permanentes. É um comportamento totalmente contraditório com o meio tropical, contrário à reposição de solos e à proteção da umidade. Além de tornar o Brasil um país sem árvores, aumenta a vulnerabilidade econômica dos estabelecimentos aos resultados de um pequeno número de culturas.

Por aí chega-se à principal contradição da agricultura tropical e sub-tropical brasileira.

O alto preço do dinheiro contraindica o endividamento, justificando as estratégias agrícolas tradicionais, por mais que elas tenham sido fruto de ignorância, ou que se adaptem mais às perspectivas do capital mercantil que às de um meio de economia industrializada. Daí resulta um movimento de desvalorização, que não é compensado pelas compras de terras promovidas pela acumulação alcançada no meio urbano.

Os grandes produtores procuram contornar essa dificuldade, tentando operar com terra e capital baratos, seja, pressionando, direta ou indiretamente, para manter a fronteira agrícola em expansão ou em revalorização. Mas essa já é uma situação artificial no quadro geral das opções do capital e do trabalho na economia nacional.

A revalorização é frejada pelo empobrecimento dos pequenos produtores, que mantém elevada a oferta de terras. Só há trabalho não qualificado barato na agricultura enquanto persiste um ambiente de desemprego urbano, que restringe a capacidade das cidades para absorver novos trabalhadores. Com tais elementos, não há como ignorar que a agricultura funciona sobre um quadro básico de crise explícita ou latente.

ECOTURISMO NA PROPRIEDADE RURAL

Vitor de Athayde Couto *
Carla Aziz **

A finalidade deste artigo é apresentar algumas idéias sobre o ecoturismo emergente no nosso estado, na expectativa de que elas contribuam para objetivar uma proposta específica de desenvolvimento daquela atividade, com educação ambiental, em propriedades rurais. Mais particularmente, trata-se de encontrar uma nova alternativa de investimento capaz de diversificar os negócios dos proprietários rurais, elevando a sua renda, estimulando a educação e

gerando empregos, sobretudo nas regiões de monocultura que vêm experimentando grandes dificuldades como, por exemplo, aquelas decorrentes das crises de ciclo.

A principal justificativa para as idéias aqui apresentadas, que foram inspiradas no modelo "gîte rural" francês, é que considera-se impossível planejar, fiscalizar e controlar o uso dos recursos naturais num país de dimensões continentais como o Brasil, a partir de um único órgão centralizador. A

(*) Professor coordenador do projeto integrado de pesquisa (CNPq) em Economia Agrária e dos Recursos Naturais e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) da UFBA.

** Economista, pesquisadora-bolsista do CNPQ

municipalização é o caminho, e não deve ser confundido com prefeiturização. Para além das prefeituras municipais, o "gêite" valoriza as organizações sociais civis e as iniciativas particulares. Em síntese, trata-se de um modelo de parcerias que poderia ser pilotado pelos governos estaduais do Brasil.

Inicialmente tratar-se-á aqui de um dos conceitos de ecoturismo. Seguem-se a caracterização dos mercados bem como daquela atividade no Brasil e no mundo. Finalmente, logo após uma breve ilustração do programa "gêite rural", são apresentadas algumas idéias a respeito do ecoturismo nas propriedades rurais, particularmente para o estado da Bahia.

O QUE SIGNIFICA ECOTURISMO?

Dentre outras finalidades, o ecoturismo, visa a educação de quem o pratica, principalmente sobre a importância da observação e conservação da natureza. O seu lema é proporcionar rentabilidade e ajudar na preservação do meio ambiente.

Formalmente, aquela atividade parece ter surgido na América Latina, simultaneamente em três países: Argentina (Península Valdéz), Equador (Ilha de Galápagos) e Costa Rica. O ecoturismo teria sido criado a partir do "turismo de natureza", dos hippies. Nesta modalidade, as pessoas apenas desejavam uma comunhão com a natureza, buscando o retorno às coisas simples da vida. Hoje, o "turismo de natureza" se transformou, tem um grande mercado, ganhou muitos adeptos, enfim, virou moda e, como toda moda, custa caro aos seus usuários. Está cada vez mais distante daquele jeito simples, estilo "bicho do mato" do movimento hippie dos anos 70. Naquelas condições, bastava colocar mochila e barraca nas costas e meter o pé na trilha.

Nos anos 90, a história é bem diferente. O ecoturismo tornou-se uma atividade bastante estruturada, com base em pesquisas de mercado. Ele é planejado, profissionalizado e voltado para um número reduzido de pessoas ("viajar onde as massas não vão") com níveis mais elevados de renda. Não sendo turismo de massa, a sua infra-estrutura é de qualidade, geralmente instalada em zonas, áreas ou parques demarcados. Ai são cobrados ingressos para reinvestimento em conservação, pesquisa e defesa da natureza. As excursões são sempre realizadas em grupos que tenham um mínimo de homogeneidade linguística e os mesmos interesses em relação ao conhecimento, ao aprendizado. Todo o pessoal de apoio deve ser bem preparado e falar mais de um idioma. O guia é uma peça de grande importância, pois ele é um dos responsáveis pela criação da consciência sobre a natureza, para o que ele deve ter conhecimento específico da área pois, não raro estão presentes nos grupos de turistas pessoas autodidatas, estudiosos do assunto e até mesmo pesquisadores e cientistas.

O mercado de ecoturismo aumenta na proporção do crescimento urbano acelerado e da necessidade crescente das pessoas. Ter um maior contato com a natureza, fugir do stress e da correria dos grandes centros ou simplesmente ocupar o tempo liberado pelo trabalho cada vez mais mecanizado tornaram-se novas necessidades. Para se ter uma idéia do sucesso do ecoturismo, dados da pesquisa feita pelo Gallup em 1992, nos EUA, mostram que 76% das pessoas entrevistadas preferem aquela modalidade de turismo. As estatísticas da Organização Mundial de Turismo (OMT), de 1994, dão conta de que 520 milhões de pessoas viajaram de um país para outro, dos quais 200 milhões praticaram o ecoturismo. A Universidade Tecnológica da Costa Rica (ULACT), uma das primeiras universidades voltadas para os problemas do meio ambiente, realizou estudos que apontam um crescimento muito acelerado para o mercado ecoturístico.

Previsões da OMT para o ano 2000 estimam que 600 milhões de pessoas estarão viajando pelo planeta. Desse total, 40% estarão fazendo ecoturismo, o que deve originar uma receita de 100 a 120 bilhões de dólares, caso seja experimentada uma taxa de crescimento da ordem de 5% ao ano.

Os ecoturistas têm características bem definidas, geralmente são pessoas com razoável formação intelectual (76% têm nível superior). Normalmente habitam os grandes centros urbanos e viajam em busca do bem-estar físico e mental, do conhecimento de novas culturas, ou da obtenção de experiências novas. Desejam também fugir do luxo e da sofisticação dos hotéis comuns ao turismo convencional, optam pelo rústico, pelo exótico, enfim, por um produto diferenciado. Raramente se preocupam com o custo das excursões pois, além dos ingressos que eles pagam para visitaçao dos parques ou áreas ecológicas e das taxas extras para a conservação da natureza, ainda chegam a pagar entre 200 e 600 dólares em diárias de hospedagens em cabanas de madeiras, chalés, pousadas e fazendas ecológicas. Todavia, devido às distâncias e ao isolamento, esses preços não ficam atrás daqueles cobrados pelos hotéis de luxo nas grandes cidades. Em resumo, os ecoturistas são pessoas com elevado nível, tanto intelectual quanto financeiro.

A maioria dos ecoturistas são casados (49%) e preferem viajar com o cônjuge e/ou com os filhos. Tem-se que 26% são solteiros e 5% divorciados. Os 20% restantes referem-se a outras situações. O ecoturismo atinge todas as faixas de idade, todavia os melhores clientes estão entre 31 e 45 anos. Aqueles com idade entre 46 e 60 anos preferem fazer um ecoturismo soft, com mais conforto. A partir dos 61 anos já existem limitações físicas que dificultam muito a prática do ecoturismo, sobretudo quando associada aos esportes radicais ou turismo de aventura.

Atualmente são os alemães que mais viajam em função do ecoturismo; também são eles que participam dos maiores fluxos para a Amazônia, Pantanal e demais áreas ecoturísticas do Brasil. Além disso, a Alemanha é o país que mais financia o desenvolvimento de projetos ecoturísticos e projetos ambientais por todo o planeta.

É de se prever, para as próximas décadas, que o ecoturismo vem se tornando um negócio bastante rentável para os agentes econômicos e para os governos, em todos os seus níveis. Através dessa atividade, os governos podem viabilizar a execução de políticas ecológicas, como também negociar recursos para o desenvolvimento econômico social. O setor privado, por sua vez, dispõe de mais um excelente (e crescente) negócio para valorização do seu capital, dos seus investimentos. Afinal, o ecoturismo é um produto caro, apesar de ser composto por elementos simples; um exemplo disso são os preços que as empresas especializadas em excursões de ecoturismo cobram pelo seus serviços, preços que variam de 107 a 800 dólares norte-americanos por dia, a depender do país e do cliente.

Além da arrecadação de valores (cobrança de ingressos, por exemplo) que são aplicados na manutenção dos atrativos naturais, dispõe-se, ainda, de outras fontes geradoras de recursos como, por exemplo, as vendas de reproduções de objetos naturais, adesivos, camisetas, folhetos, vídeos, livros, álbum de fotografias etc. O ecoturismo também promove o desenvolvimento local, pois aquece o comércio com as vendas de artesanato e produtos típicos nas feiras locais, gerando aumento do número de empregos entre os habitantes locais, principalmente na prestação de serviços.

Devido aos altos rendimentos que proporciona, muitos agentes desejam investir em ecoturismo. Todavia, os recursos naturais nos países do primeiro mundo, além de reduzidos, estão exauridos, restando apenas alguns parques. Atualmente as áreas mais procuradas pelos ecoturistas encontram-se na América Latina, Ásia e África, em países que, apesar de serem subdesenvolvidos, dispõem de maior biodiversidade. No terceiro mundo destacam-se alguns países da América Central a exemplo da Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Panamá e Belise.

O ECOTURISMO NO BRASIL

O Brasil é o quarto país do mundo em extensão e, provavelmente, o primeiro em biodiversidade. Possui uma grande quantidade, variedade e qualidade de recursos naturais. Os atrativos são excepcionais, sobretudo nas áreas do Pantanal, Amazônia, Chapada Diamantina, Abrolhos, Fernando de Noronha, Parque Nacional das Sete Cidades, Sítio Arqueológico da Serra da Capivara, Caldas do Rio Quente, Itatiaia, Saquarema, entre tantas outras áreas, ricas em beleza

e em diversidade natural. Olhando por este ângulo, o Brasil tem tudo para ganhar muito com o ecoturismo.

Mas será que o modelo do ecoturismo implementado no Brasil tem trazido realmente ganhos, principalmente em termos de conservação ambiental e de conscientização da população, objetivo maior desse tipo de turismo? Embora alguns empresários do ramo tenham lucrado bastante, não se pode dizer o mesmo em relação à natureza, cujos ganhos são bastantes reduzidos, tendo havido até perdas, em muitos casos.

Como já foi visto, o ecoturismo é uma atividade cara. Mesmo sem ter o requinte, ela tem o exótico e, algumas vezes, o risco, geralmente associado ao esporte, ao desejo de aventura. Cobra alto por seus serviços, mas sua clientela está disposta a pagar pelo prazer do diferente. Assim, os empresários não têm muitos problemas para venderem o seu produto que, no presente caso, são os atrativos naturais. Todavia, se não tiverem o cuidado de manter esses atrativos, os lucros se acabam.

Os ganhos com ecoturismo, poderiam ser bem maiores no Brasil. Entretanto, a falta de planejamento e controle eficientes impedem um desenvolvimento socio-econômico de qualidade. Os brasileiros já demonstraram que utilizam de maneira errada e predatória os seus recursos naturais. Relacionam-se mal com o meio ambiente, por exemplo, a região amazônica não é adequada para a criação de gado bovino mas foram abertas várias fazendas de pecuária no sul do Pará que hoje não obtêm resultados satisfatórios. Tudo isso aconteceu porque o governo não fez um estudo correto sobre aquele ecossistema e até incentivou a pecuária com créditos fáceis e bastante subsidiados. A mesma coisa aconteceu com determinadas lavouras que foram introduzidas no Norte mas não eram adequadas à região.

O desplanejamento também leva a resultados como é o caso da construção da usina hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo, Amazonas. Uma imensa mata foi inundada e, por isso, a municipalidade teve de contratar mergulhadores especializados para trazerem de volta à superfície grande quantidade de madeira que ainda possui alto valor no mercado. Talvez uma das causas do desplanejamento esteja relacionada com o fato do Brasil ser um país onde se fazem poucas pesquisas.

Outro fato que não contribui para o desenvolvimento do ecoturismo é a concepção errada do tipo “tudo que é público deve ser de graça”. Os governos não cobram ingressos adequados dos visitantes na maioria dos parques e áreas de preservação ecológica. E, quando cobra, aplica mal aquela receita, abrindo mão de um oportuno financiamento para manutenção, pesquisa e conservação das áreas ecoturísticas. Se os brasileiros pagam caro para entrar em parques e áreas ecológicas fora do Brasil, por que não pagariam também para visitar o Pantanal, a Amazônia e a Chapada Diamantina?

Segundo Sousa (1995), só no ano de 1994 dois milhões de brasileiros pagaram para caminhar, escalar montanhas,

descer corredeiras etc., em diversos locais do planeta. Eles foram acampar no Alasca, passear de elefante na Tailândia, caminhar no Pico do Aconcágua, visitar os Andes e a Antártida. Por que os agentes econômicos no Brasil, que possui tantas paisagens diferentes em cada região, que tem 5 mil alpinistas, 1.500 praticantes de turismo de aventura (um tipo de ecoturismo que implica o desafio físico do praticante), 4 milhões de campistas além de milhares de adeptos dos esportes radicais não se organizam para desenvolver profissionalmente mais essa forma de ecobusiness?

A falta de uma política para o ecoturismo brasileiro está fazendo com que os benefícios gerados não atendam de maneira adequada aos objetivos, ou seja, não gera os recursos necessários à conservação das áreas, não promove um grande desenvolvimento das regiões, não cria fontes alternativas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais. Além disso, a conscientização da população sobre a importância da natureza limita-se aos consumidores do produto ecoturístico, deixando o restante da sociedade fora desse trabalho educativo. Talvez a solução para os problemas do ecoturismo do Brasil esteja na reformulação do seu modelo, através de um planejamento profissional que não exclua a pesquisa nas áreas ecológicamente viáveis.

Todavia, será que é possível controlar de forma centralizada (leia-se, de Brasília) os recursos naturais espalhados por 8,5 milhões de quilômetros quadrados? Países com áreas muito menores já descobriram que não, e isso há muito tempo, tendo adotado um modelo de gestão dos recursos naturais, inclusive com programas de educação ambiental envolvendo o ecoturismo. “

GITE RURAL

Diferentemente de tudo o que foi visto até aqui, o “gîte”, que existe na França há pelo menos duas décadas, é um produto “très bon marché” (muito barato). Ele pode ser desfrutado tanto individualmente, em pequenos grupos (um grupo familiar, por exemplo), quanto pelas coletividades, principalmente os grupos de escolares, funcionários de empresas, sindicalistas, clubes ou, até mesmo, grupos de religiosos. Em vez de hotéis estrelados, que consomem os incentivos do dinheiro público e são consumidos por uma minoria de privilegiados, o “gîte” é estruturado nas propriedades rurais bastando, para isso, uma central regional de projetos e, quando necessário, algum financiamento para reforma e adaptação das “casas de fazenda” ou mesmo de simples habitações rurais. A arquitetura é fundamental, não só para a busca de soluções inteligentes mas, sobretudo, para que não haja descaracterização cultural das construções.

Uma vez construída a infra-estrutura e treinado o pessoal (que são os próprios agricultores e suas famílias), é feita uma ampla divulgação, por regiões (catálogos, folders, anúncios

em veículos de comunicação e, sobretudo, divulgação nas coletividades). Um detalhe importante é que os clientes são predominantemente franceses, porquanto o programa é voltado para educação ambiental. Dentre os não franceses, predominam estudantes universitários e as coletividades que fazem algum programa de cooperação internacional. Todos os usuários interagem com as famílias dos agricultores que trabalham ou vivem nas propriedades e são, sobretudo, crianças e adolescentes familiarizados com o campo, os melhores guias. Eles são capazes de identificar, reproduzir e transmitir os cantos e costumes de praticamente todos os pássaros que frequentam a região. Conhecem os caminhos, as trilhas, os perigos e revelam a beleza e o mistério da natureza e das suas vidas.

Em geral, os alimentos são produzidos localmente e preparados pela própria família de proprietários. A ajuda dos hóspedes é sempre bem-vinda. A interação prossegue, porquanto gastronomia também é cultura, trocam-se receitas, enfim, nesse campo, o aprendizado não tem limites. Eventualmente, pode-se enveredar pela cerâmica e outras manifestações de artesanato como bordados, rendas, uso da palha, madeira e outros recursos. Se tiver sorte, o ecoturista pode até ouvir alguém tirando notas de algum instrumento musical. As histórias dos mais velhos só conhecem um limite: o da imaginação, ou seja, nenhum.

NA BAHIA

Do tamanho da França e, tal como aquele belo país, o estado da Bahia tem a sorte de possuir recursos naturais distribuídos por regiões bastante diversificadas. Recôncavo, Chapada, Sertão, Cacaueira, Cerrados, Barragens, São Francisco, Litoral (o must)... Infelizmente, não tendo a mesma educação nem o mesmo nível de renda, a nossa população rural ainda está muito longe de transformar o atual “eca” turismo em um programa sério de “eco” turismo na propriedade rural, com amplas possibilidades de geração de emprego e renda, proporcionando educação ambiental.

Alguma coisa tem que ser feita, senão veja-se: em números redondos, a Bahia possui 12 milhões de habitantes dos quais, 40% (4,8 milhões) estão na zona rural. Até o ano 2000, os “rurais” continuarão invadindo as cidades numa média de aproximadamente três mil pessoas por dia! A renda monetária bruta média dos estabelecimentos não-patronais no Nordeste é a mais baixa de todas as regiões do Brasil, o que explica o êxodo, principalmente na Bahia. Que pena, pois só no Nordeste (último censo agropecuário, de 1985) existem 2,8 milhões de propriedades rurais, das quais 2,1 milhões são do tipo familiar (ocupando 6,4 milhões de pessoas), com um enorme potencial não só de trabalho para a produção agrícola mas, também, para outras atividades como o ecoturismo e a educação ambiental. A maior concentração dessas proprie-

dades encontra-se na Bahia, cujo patrimônio cultural é muito importante, não só arquitetônico mas também a memória e a história de um povo que tem enriquecido e tornado famosos os nossos escritores, poetas, cineastas e outros artistas. Nada se divide, nada se distribui posto que até no campo da cultura a renda também se concentra.

Dá inveja saber que a PAC (política de comercialização de produtos agrícolas da Comunidade Européia) está desestimulando a produção agrícola porque já existem estoques de alimentos sobrando e redireciona investimentos e incentivos para a educação ambiental. Em vez de meia dúzia de guardas florestais (funcionários públicos centralizados em algum órgão da capital, fazendo de conta que estão cuidando do meio ambiente), alguns países europeus já dispõem de um verdadeiro exército de guardiães da natureza - que são os próprios agricultores familiares, educados ambientalmente e, sempre que necessário, pagos para defender os recursos naturais. Com isso, já se conseguiu reduzir consideravelmente o número de incêndios florestais, sobretudo no verão.

Na Bahia há muito o que ser feito para proteger o meio ambiente, inclusive contra incêndios. Mas não adianta insistir com iniciativas que não resolvam, na base, o problema da sobrevivência da população rural, um direito natural. Enquanto uma fração significativa da sociedade continuar miserável, as pressões sobre os recursos naturais não conhecerão limites.

O grande desafio é, portanto, conciliar atividades de conscientização, de educação ambiental com alternativas que proporcionem a geração de emprego e renda. O ecoturismo é uma delas.

ALGUMAS REFERÊNCIAS

Bahia, terra da felicidade” BAHIATURSA, Empresa de Turismo do Governo da Bahia.“

Ecoturismo e viagens exóticas dão impulso às pequenas agências”. Jornal “Gazeta Mercantil”, 20/12/95.“

Ecoturismo: su desarrollo, organización y operación”. Instituto Interamericano de Turismo. Salvador, março de 1992.“

Gîte rural”. Divulgação do “Syndicat d’Initiative de Toulouse”, França.“

L’environnement”. Ed. PUF, Paris, 1991.“

La politique agricole commune”. Ed. PUF, Paris, 1989.

SOUSA, C.A.A. Palestra sobre ecoturismo. Seminários “Agribusiness”, Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar. Salvador, outubro de 1995.

OS TRABALHADORES DO CONHECIMENTO

Vera Lúcia Veiga Santana ()*

Nos dias de hoje, nessa passagem avassaladora do tempo, cuja dinâmica não tem precedência na História, torna-se necessário o fortalecimento do homem, o exercício de sua cidadania, o desenvolvimento de sua criatividade e competência, para que ele possa acompanhar essa trajetória que vem sendo diagnosticada no avanço técnico, financeiro e,

sobretudo nas comunicações, dentro do processo de universalização da sócio-economia onde está inserido.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o caráter do debate acadêmico sobre as questões do desenvolvimento econômico de uma nação, era completamente distinto do que se verifica nos anos 90. O acento recaía sobre o homem e o seu bem-estar. O desenvolvimento só seria registrado, como tal, se do homem ele resultasse e para o homem se dirigisse.

(*) Economista do SEAGRI.

Os anos se passaram, essas discussões tornaram-se obsoletas, e hoje o homem vai além do próprio homem, o saber transnitiza-se sem que se possa capturá-lo. A proposta dos países avançados é de qualidade total, incluindo aí, o trabalhador e o fruto do seu trabalho. Tudo dentro de um plano bastante sofisticado, como se toda a humanidade já estivesse preparada para este passo, como se a resposta obtida alhures pudesse ocorrer aqui, sob a mera institucionalização de um simples decreto.

Sem querer cair nas teses pessimistas apregoadas em paralelo a esse processo de avanço inconstante de uma parte da economia mundial, é preciso que se considere as suas disparidades. Hoje, a proposta de desenvolvimento econômico e social está cada vez mais distante da preocupação por um bem-estar universal, onde os seres humanos possam cultivar uma relação fraterna.

Vejamos o caso do Brasil, como exemplo de um país que convive com situações distintas intra-fronteira, o que obriga os dirigentes a encontrar soluções bem mais complexas e sofisticadas.

Começemos pela dimensão continental que dificulta o êxito de estratégias para orientar um planejamento de políticas eficazes. Isto aumenta a responsabilidade do Estado na coordenação da iniciativa privada, mas não a inviabiliza, pois o sucesso das experiências asiáticas está aí para demonstrar que tudo depende de uma atitude firme e segura.

A direção dos investimentos no Brasil deve se pautar em uma orientação lógica e racional, contemplando as diversas regiões do país, e aqueles setores que exigem uma capacitação empresarial mais definida e maiores vantagens competitivas.

Não é mais possível, a esta altura dos acontecimentos, desconhecer que o modelo de desenvolvimento de uma economia protegida já vem, definitivamente, cedendo lugar ao de uma economia aberta, com aumento substantivo das importações e menor proteção.

Não se pode, igualmente, ignorar que a abertura reduz a taxa de lucro, com o aumento da concorrência, e a menor capacidade das empresas de determinarem os reajustes do seu preço.

Esses fatos, reunidos, induzem governo e empresa a pensarem em um modelo de competitividade da economia mais abrangente, incluindo todas as regiões do país, para reduzir a atual e enorme disparidade.

É preciso também advertir que a transformação de uma posição tão caótica quanto a do Brasil, não passa simplesmente por investir nos setores de produção. Ao contrário, acredita-se mesmo que esse processo de inserção do Brasil na economia mundial será desastroso, se não houver uma radical mudança nas condições educacionais do país.

Neste sentido, é fundamental que se reconheça que o Brasil jamais estará incluído no rol dos países do primeiro mundo, sem a regeneração da sociedade, e esta não é uma atitude apenas de dirigentes, é um posicionamento que inclui a participação da sociedade no seu processo global de toma-

da de consciência de que a EDUCAÇÃO é, sem sombra de dúvida, a prioridade máxima de um país.

Educar, educar e educar é a única prática que vai permitir ao homem o exercício de sua cidadania. É a única maneira que o homem tem de reconhecer a importância do lugar que ocupa na sociedade.

O ideal de cidadania não é um privilégio dos tempos hodiernos. Ele já era defendido na Grécia, quando da passagem da sociedade aristocrática patriarcal para a sociedade civil e urbana.

A passagem do tempo nem sequer alterou o sentido da cidadania. O exercício de um direito e de deveres civil e político foram mantidos como inalienável ao homem.

Mas hoje, especialmente hoje, quando o critério de nação já trás embutida a sua face internacional, torna imperativa a defesa da cidadania, para que o homem reconheça a sua identidade e possa trilhar caminhos que dignamente também o levem à busca de soluções para os problemas da localidade onde vive.

A pobreza e a marginalização do povo brasileiro mantém um quadro aterrador, na sua grandeza, embora venha se cristalizando de uma forma específica e intrínseca a cada região do país.

As estatísticas demonstram que a situação do nordeste brasileiro, é bem mais grave que a do sudeste, em termos de todos os indicadores sociais (SEI). E isto é apenas a perpetuação e o agravamento de uma situação histórica que se acentua a cada momento.

A reorganização produtiva atinge cada vez mais um maior número de setores da atividade econômica, provocando mudanças essenciais no mercado de trabalho mundial, onde os grandes capitais não correm mais para as regiões periféricas em busca de matéria-prima e de mão-de-obra baratas. A INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO são os componentes básicos e necessários à competitividade das atividades produtivas.

A automação, cada vez mais célere, dos países do primeiro mundo, e particularmente daqueles que, como o Brasil, despontam no cenário internacional como também participantes de uma nova reorganização produtiva, mas ainda montada sob uma base educativa que não corresponde à passagem pela terceira revolução industrial, vem reforçar a necessidade de uma qualificação profissional relacionada com as exigências dos novos perfis ocupacionais.

A educação não pode abstrair-se dos anseios atuais da sociedade, nem deixar de levar em conta as novas aspirações dos indivíduos. Para que se tenha hoje um trabalhador qualificado, vai ser preciso uma reformulação geral na educação de base e, até mesmo, uma revisão global do conceito de educação. Esta deve contemplar os conteúdos da educação hoje denominada "tecnológica". É a única forma possível de evitar o impasse de uma educação acadêmica, sem conexão com a esfera produtiva, ou a formação de um profissional sem nenhuma qualificação na dimensão do humanismo. Como não se pode esquecer a relevância da ética na condu-

ção harmoniosa e eficiente de um processo de desenvolvimento.

As profundas mudanças resultantes das inovações que conformam esse novo processo de avanço industrial, carecem de uma formação mais complexa, onde a criatividade deve se desenvolver ao lado da ciência e da tecnologia.

A educação tecnológica, portanto, “exige o desenvolvimento de habilidades intelectuais gerais e fundamentais ao emprego de estruturas lógicas inerentes a métodos e teorias” (Lucília Machado).

É um conceito que envolve a educação geral, desde o primeiro grau, à universidade, à formação profissional, aos cursos de treinamento, de atualização e outros.

Um grande educador baiano, Anísio Teixeira, mostrou de maneira bastante clara, a distância que sempre existiu entre os conteúdos propostos pelas escolas brasileiras e as atividades cotidianas desenvolvidas pelos que deles se apropriam. Nos idos de 50 registrara o fato de que a industrialização brasileira se apoiava nos excluídos e nos fracassados do sistema educacional, aqueles que não chegavam ao ensino superior (“A Educação no Brasil”).

Dessa forma, qualquer atividade que fizesse da prática a sua base de desenvolvimento era considerada tarefa de somenos importância. E aqueles que não alcançavam o ensino superior, de um modo geral, caíam no mercado de trabalho com grande despreparo, o que lhes imputava colocações em atividades de menor monta.

Hoje a criatividade, a autonomia, a capacidade de intervir no processo produtivo, são os elementos valorizados. A desejada conexão entre a educação geral e o mundo do trabalho deverá ocorrer em estreito contato e interação com a produção e em perfeita consonância com os requisitos de educação geral (“Bases da Educação da Força de Trabalho”).

No Brasil, de acordo com esse mesmo estudo, “a relação entre os sistemas produtivo e educacional, em todos os seus níveis, tem sido talvez o ponto mais frágil na questão da qualificação profissional. O desinteresse da empresa pelas atividades educacionais, e a resistência da escola a uma maior aproximação, sempre vista como ingerência indevida, têm caracterizado aquela relação”.

As formas que surgem na organização do trabalho estão respaldadas por um alto nível de cooperação, onde o desenvolvimento dos programas de qualidade total, baseado em maior produtividade, é avaliado pelo desempenho das equipes. O método individualizado fica cada vez mais inadequado aos novos perfis ocupacionais. As empresas que trabalham com modernas técnicas de organização, quando realizam os critérios de seleção dos seus trabalhadores, tomam como exemplo o processo desenvolvido no Japão, cuja técnica consiste em considerar com maior destaque o potencial de trabalhos em grupo.

Com o avanço tecnológico, as atividades se tornam mais complexas. No sentido vertical, no que diz respeito à sua linha de produção; e, em termos horizontais, pela crescente necessidade de ampliar, modernizar e fortalecer as ativida-

des de apoio à produção, controle de estoques, distribuição, propaganda, lobbies e outros.

Estudos recentes apontam para uma velocidade tão grande do fluxo de capitais, em termos de globalização, que já supera em 20 vezes o movimento de mercadorias. As transações financeiras são feitas via satélite, muitas vezes à revelia dos próprios bancos.

Fatos como estes são extremamente relevantes na demonstração de que a sociedade, voltada eminentemente para os serviços, vai exigir dos seus participantes uma ampliação cada vez maior da INFORMAÇÃO e do CONHECIMENTO. Daí porque a urgência em superar o desinvestimento crônico do Brasil no que diz respeito à educação e formação de recursos humanos.

Segundo Kanitz, o trabalhador americano produz US\$ 250 mil de trabalho/ano, enquanto o brasileiro, apenas US\$ 98 mil. A conclusão imediata é de que o primeiro apresenta uma produtividade três vezes superior à do segundo. Essa situação é, no entanto, apenas aparente, porque outras estatísticas complementares revelam o fato de que o trabalhador brasileiro recebe três vezes menos, em média, em investimento, do que o americano (US\$ 97 mil, contra US\$ 265 mil), incluídos aí equipamentos, máquinas, galpões, estoques, e outros.

No Brasil, educar o povo é um problema fundamental, mas da mesma envergadura é também educar a classe produtora e aqueles que são responsáveis pelo destino da nação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no país, propõe reduzir a duração do ensino básico, de oito para cinco anos. Isto é, no mínimo, um contra-senso. A experiência demonstra que nos países que vêm obtendo sucesso em sua prática desenvolvimentista, como os asiáticos, especialmente os chamados tigres asiáticos, o desenvolvimento educacional se constituiu a mola propulsora desse referido processo.

A educação começou do seu alicerce, ou seja, de baixo para cima, com a convicção de que “se as pessoas são capazes de produzir, serão igualmente capazes de tornar as suas economias internacionalmente competitivas e abertas ao intercâmbio.”

Um outro exemplo elucidativo da importância da educação nos países asiáticos é o caso da República da China, que desde 1947, quando foi promulgada a sua constituição, estabeleceu a educação compulsória e gratuita, dos seis aos doze anos de idade. Após esse estágio, o governo fornece bolsas de estudo aos alunos com carência financeira e que demonstrem interesse em continuar os seus estudos, apresentando um bom desempenho acadêmico e boa conduta. É

preciso salientar que, na República da China, a contribuição do setor privado para a educação é bastante expressiva, porém, as faculdades e universidades que formam professores, são, na sua grande maioria, instituições públicas. Os alunos que optam por essa formação, não pagam anuidades e ainda recebem do poder público as despesas de residências e outras. Na República Popular da China a educação é também prioridade máxima.

No Japão, a educação é apoiada em valores seculares. Nos idos de 1858, o seu imperador já destinava 50% do orçamento do país para a educação, considerada a reflexão da virtude. É um sentimento tão enraizado na mentalidade do povo, que uma pessoa estudiosa é vista como uma boa pessoa.

O processo educacional no Japão foi utilizado como um dos maiores fatores da modernização do país, apoiado em um ensino de base que dura nove anos e que, à semelhança do da China, é igualmente obrigatório e gratuito.

O Estado financia parcialmente as universidades privadas, que correspondem a 76% do total existente. Porém, a maior universidade do país, que é a de Tóquio, cobra anuidades. Isto permite ao governo destinar uma maior soma de recursos ao ensino do primeiro grau, reforçando a importância que tem para a nação a questão da educação de base.

No caso dos tigres asiáticos, Singapura é um exemplo incontestado de uma nação que faz, da educação, o coração do seu desenvolvimento. A dedicação é tamanha que envolve uma atenção especial até na qualidade dos livros ofertados.

Na Coreia do Sul, 92% das universidades estão no setor privado, mas qualquer estudante com dificuldades para custear o próprio ensino poderá fazê-lo, via empréstimo bancário, tendo o governo como avalista. O mais interessante é que essa dívida só será quitada vinte anos após a conclusão do curso.

Apesar dessa medida ser grandemente facilitadora e permitir ao estudante qualquer opção profissional, é preciso ressaltar que esse procedimento resulta também de uma determinação social dos coreanos em priorizar o ensino básico e técnico. Em face dessa determinação, eles destinam ao referido ensino os recursos necessários para o desenvolvimento de um trabalho de elevada qualidade.

No Brasil, ao contrário, cogita-se a possibilidade de reduzir o ensino fundamental para cinco anos. É um posicionamento esdrúxulo, notadamente quando se sabe que as estatísticas que definem o padrão educacional do país são assustadoras, com respeito a quase todos os índices (analfabetismo, taxas de evasão e de aprovação escolar e outros).

Um estudioso da questão educacional no Brasil, João Calmon, afirma que entre os motivos que definem essa situação está o fato de que no país sempre existiu uma alta rotatividade dos Ministros da Educação. A partir da data em que foi fundado o Ministério, 1930, sessenta e dois ministros, entre titulares e substitutos, passaram por essa Pasta.

Na verdade, o que ocorre é que investir no setor educacional não representa a possibilidade de um retorno a curto prazo. Ao contrário, é um segmento da sociedade que exige um razoável período de maturação, para apresentar algum resultado.

Estando a sociedade brasileira apoiada em valores imediatistas e, como disse Mircea Buescu, "no efeito demonstração exacerbado pelo poder crescente da mídia, que desemboca às vezes numa certa impaciência contraproducente",

reconhece-se a dificuldade que é tornar a educação, notadamente a de base, a máxima prioridade do país.

Ao contrário dos países supracitados, historicamente no Brasil a educação nunca foi prioritária. O Marquês de Pombal incumbiu-se de proibir aos jesuítas que continuassem a ensinar. Parece crer que esta determinação se enraizou no espírito da sociedade com tamanha intensidade que só bem recentemente o modo de encarar e resolver o problema da educação vem assumindo um novo caráter.

Até 1965, o espaço que a educação ocupava nos Planos de Governo, era bastante reduzido. Porém, mais grave que isto era a inexistência de preocupações e debates que questionassem esse posicionamento por parte da opinião pública.

A evidência do desinteresse é incontestado, mas o que causa perplexidade é a certeza de que entre as aspirações do corpo social a questão educacional nunca foi vista como condição fundamental de progresso.

Não obstante, mais recentemente algum avanço vem sendo notado, especialmente por parte de alguns segmentos da sociedade. A educação começa a ser encarada como fator de desenvolvimento.

A discussão que contempla a cidadania, tem que se apoiar na premissa de que a educação é fundamental ao seu exercício. Só educando o seu povo se pode esperar dele reivindicação consciente, participação firme, contribuição segura, maturidade e clareza nas opções pessoais e profissionais, enfim a possibilidade de que a sua opinião seja um fator relevante nas decisões locais, nacionais e internacionais.

A determinação do Marquês de Pombal, sem dúvida alguma, contribuiu para que a educação estivesse durante todos esses anos relegada a plano secundário. Mas os anos se passaram, mudanças foram registradas em todos os segmentos da sociedade e, ainda assim, em 1993, o senador João Calmon denunciava que durante três anos consecutivos, como parlamentar, colocou no orçamento verba para realizar no Brasil uma avaliação da educação, desde o jardim da infância até a universidade com mestrado e doutorado. Todas as vezes o dinheiro foi utilizado para outras finalidades. Logo se vê que a situação, além de difícil, é agravada pela falta de recursos.

A questão da educação no Brasil requer uma decisão de caráter nacional. É muito difícil um esforço para o soerguimento de um setor que, além de combalido, encontra-se atrasado e desconectado do setor produtivo.

Aqueles que se encontram à frente da sociedade precisam ter a percepção de que a educação não tem o lucro como fim imediato, mas, se preterida, constitui sério obstáculo à participação da coletividade no aumento das rendas públicas, do produto interno bruto, da competitividade externa e, principalmente, da cidadania do seu próprio povo. A falta dessa compreensão contribui para dificultar, e até impedir, o florescimento de um trabalho eficaz e de longo prazo.

Obstáculos existem. A solução para vencê-los é libertar o corpo social dos preconceitos inibidores do progresso, para que novos horizontes possam abrir-se no sentido de cumprir o destino edificante de semear a educação. É preciso que as gerações futuras possam atuar de forma participativa e ao mesmo tempo desfrutar desse benefício legítimo que é o de educar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUESCU, Mircea. Desenvolvimento econômico: Condiçõamentos. Carta Mensal, Rio de Janeiro: CNC, v.41, n.485, p.33-43, ago. 1995.

CALMON, João. A educação nos países asiáticos. Carta Mensal, Rio de Janeiro: CNC, v.39, n.461, p.27-37, ago. 1993.

MATESCO, Virene Roxo. P&D: o novo motor da empresa competitiva. Rumos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: ABDE, v.19, n.116, p.32-34, set. 1995.

PENNA, José O. de Meira. Igualitarismo e inteligência - A "Bell Curve". Carta Mensal, Rio de Janeiro: CNC, v.41, n.485, p.15-31, ago. 1995.

SALM, Cláudio, FOGAÇA, Azuete. Bases da educação da força de trabalho. Rev. Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n.82, p.79-98, maio/ago. 1994.

O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Jackson Ornelas Mendonça ()*

As relações entre o Estado e o setor agrícola constituem um riquíssimo campo de interesse para as pesquisas sócio-econômicas, pois envolvem questões complexas e diversificadas nos domínios da antropologia, economia, estatística, política, além das ciências biológicas a ela vinculadas, como a zootecnia, fitotecnia, pedologia, engenharia, meteorologia, dentre outras.

O debate se inicia geralmente pela questão do tamanho que deve ter o estado, o seu grau de intervenção e as funções que o mesmo deve desempenhar, além das funções clássicas de natureza político-administrativas. É este o ponto de partida para que as mais diversas correntes de pensamento e os diferentes grupos políticos da sociedade organizados ou não, se manifestem em defesa das suas posições.

A defesa típica de uma forte participação do estado nas

decisões sobre a produção agrícola, pode ser caracterizada com alguns exemplos de atuação do estado na agricultura brasileira:

a) amplos subsídios ao uso de fatores produtivos, ora facilitando a compra de terras ao estilo PROTERRA dos anos 60, ou facilitando a aquisição de máquinas e implementos agrícolas modernos nos moldes do crédito para investimento agrícola adotado nos anos 70 quando "exportar era tudo o que importava"- lema adotado pelo Ministro Allyson Paulinelli, ou ainda, estimulando a todo custo o uso de adubos químicos, chegando-se ao ponto de suprimir os juros e a correção monetária, como ocorreu em meados dos anos 70 para a parcela do custeio agrícola destinada a esse fim específico.

b) apoio à comercialização de produtos agrícolas, mediante pesados investimentos públicos em armazéns

(*) *Economista SEI/SEAGRI.*

(CIBBRAZEM), entrepostos para comercialização de hortigranjeiros (COBAL/CEASAS), e formação de estoques garantidos por um preço mínimo (CFP/CONAB) chegando-se até mesmo a comercialização de alimentos básicos no varejo (REDE SOMAR e programa Cesta do Povo, do governo baiano).

c) pesados investimentos públicos na criação e manutenção de instituições destinadas a produzir conhecimento tecnológico com o objetivo de facilitar a modernização dos processos de produção utilizados pelos produtores agrícolas.

d) investimentos em projetos públicos de irrigação, totalmente custeados e mantidos pelo estado, como a maioria dos que foram implantados no Vale do Rio São Francisco.

e) ainda dentro da linha intervencionista devem ser mencionados os Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, inspirados na preocupação "trilateral" concebida pelas grandes potências capitalistas, EUA, Alemanha e Japão, de liberar financiamentos do Banco Mundial com o propósito de conter o agravamento do quadro de miséria no terceiro mundo. No caso do Brasil, essa preocupação transformou-se numa estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel (1974-1978), transmitida aos governos seguintes, mesmo sem a elaboração de planos. Exemplos do seu desdobramento foram a criação do PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, Projeto Sertanejo, Projeto Produzir, etc.

Os que defendem a não-intervenção acreditam que o melhor é reduzir ao máximo a participação do estado na produção agrícola. Os pontos mais destacados desta corrente, são:

a) privatização da rede de armazéns e das Centrais de Abastecimento.

b) supressão do crédito subsidiado para que o produtor vá competir pelos recursos no mercado com empresários de outros setores da economia aparentemente livres de subsídios.

c) privatização das ações de geração e difusão de tecnologia, mediante parcerias com instituições não-governamentais interessadas em linhas específicas de produtos ou de insumos agrícolas.

Os principais argumentos tecidos por esta corrente ideológica podem ser resumidos da seguinte forma:

I) a crise fiscal do Estado Brasileiro é de tal monta que os recursos arrecadados mal conseguem custear os serviços mais críticas, como atendimento à saúde da população, a solução do grave problema representado pelo analfabetismo, a justa garantia de uma inatividade tranquila para os trabalhadores aposentados os quais premidos pelas necessidades

retornam cada vez em maior número ao mercado de trabalho em busca da sobrevivência.

II) a inexorável globalização da economia na direção de uma integração a mercados cada vez menos protegidos(?) o que exigiria dos participantes do processo uma progressiva mas irreversível retirada do apoio do estado ao setor produtivo, apoio este que fora artificialmente colocado pelo Estado sob a forma de proteções tarifárias e subsídios agrícolas, ao longo de uma acirrada convivência com interesses protecionistas das elites empresariais.

O terreno desse debate é propício ainda para discussões muito específicas do tipo "a sorte da região cacauceira e do cacau depois da vassoura-de-bruxa" ou então, "para onde irá a criação do gado bovino sem a erradicação da febre aftosa", "os efeitos da peste suína", "a cochinilha da lavoura fumageira", "a laranja depois do cancro cítrico", etc.

Em determinados momentos a discussão pode tornar-se mais aquecida ao enfocar por exemplo, a sorte da citricultura baiana, que depende em alto grau da harmonia nas relações entre os produtores e as indústrias de suco de laranja, pode chegar a tornar-se explosiva, quando aborda questões inflamatórias, como a preservação ambiental e a reforma agrária, expõem questões não resolvidas que desembocam na manutenção da ordem pública, na violência e de falta de paz social no campo.

Existe uma reconhecida unanimidade com respeito a uma necessária reforma do Estado, ajustando-se os serviços que ele oferece ao setor agrícola, às reais e inadiáveis necessidades atuais da sua clientela. Na área da agricultura, o cliente mais importante para o Estado é o produtor rural, embora haja outros que também merecem atenção, como é o caso da população de um modo geral, e os servidores públicos - clientes e sujeitos do processo.

Entretanto a população é clientela de uma entidade maior que é Governo, isto é, a União, os Estados, ou até mesmo os Municípios, esferas responsáveis em maior ou menor grau pelas políticas de abastecimento e de rendas, as que afetam mais diretamente a população de um modo geral, e estão fora do âmbito das decisões setoriais da área agrícola.

Quanto aos servidores, também é preciso considerar que as principais políticas de remuneração e condições de trabalho tendem a ser adotadas genericamente para o conjunto dos servidores da administração estadual. Em vista disso, eles passam a pertencer a um universo de clientela muito mais amplo e que também extrapola o domínio setorial.

O produtor rural, entretanto, é a principal razão de ser dos serviços que o estado oferece na área agrícola, e a reforma do Estado nessa área não pode desconsiderar esse fato.

Embora haja unanimidade quanto ao imperativo de uma reforma, o mesmo não acontece quando se discute o tempo necessário, as estratégias a serem adotadas, os rumos a serem seguidos e até mesmo os objetivos finais a serem perseguidos pela reforma.

As posições tendem a ser heterogêneas quando se trata de definir níveis de enxugamento/privatização da máquina estatal destinada a assistir o setor agrícola. Há quem defenda, por exemplo, uma atenção quase que exclusiva aos empresários agrícolas, isto é, aqueles que efetivamente podem decidir sobre os níveis de utilização dos fatores produtivos, os quais estão estritamente preocupados com a maximização do lucro e para tanto se interessam em adotar tecnologias modernas comprovadamente mais eficientes.

Outros podem achar que, como a riqueza gerada pelo setor agrícola se origina de poucos produtos - no caso da produção vegetal por exemplo, 80% do faturamento agrícola depende de 5 ou 6 produtos agrícolas apenas- talvez seja então o caso de se desenhar um tipo de inserção Estatal na agricultura que privilegie esses produtos para garantir a máxima produção ou o melhor atendimento apenas a esses clientes.

Há outros ainda que, por considerar que a agricultura é o único meio de sobrevivência da maioria esmagadora da população rural, o "setor público agrícola" deve assumir a responsabilidade pelo atendimento a essa população. No limite, os serviços agrícolas poderiam segundo essa forma de pensar, confundir-se com o atendimento da seguridade social, de natureza puramente assistencialista.

À margem dessa discussão, as estratégias de atendimento ao "principal cliente" vão sendo mais ou menos definidas como uma questão de modernização tecnológica, ou seja, o desenvolvimento de novas tecnologias de produção agrícola e a sua divulgação entre os produtores rurais é o ponto central do sistema, como se a maior parte dos problemas existentes no meio rural pudessem ser resolvidos via modernização, com maior competitividade, alta produtividade, eliminação de processos erosivos, controle de pragas, erradicação de parasitas e patologias agrícolas, eliminação das incertezas provocadas pela seca - utilizando-se técnicas de irrigação - e assim por diante.

Cabe considerar que provavelmente, um bom número de inovações tecnológicas por mais vantajosas que sejam, só virão a ser adotadas por um número limitado de produtores. Em primeiro lugar, pela falta de vetores de difusão representados pelo suprimento aos produtores de quantidades suficientes de sementes, mudas, matrizes, reprodutores, etc, resultantes do esforço de investigação científica. Em segundo lugar, pode ser que o modelo adotado para essa transfe-

rência de tecnologia não mais reúna condições de funcionamento dentro da realidade do cliente atual. Por exemplo, na era da educação à distância com apoio do rádio e da televisão esses canais de difusão devem ser melhor explorados com redução dos custos e aumento de eficiência. Em terceiro lugar, pode até mesmo ser o caso de que o modelo de difusão em uso continua sendo o mais adequado, entretanto, a incapacidade do poder público em de implementá-lo na sua íntegra, e as mutilações do mesmo para viabilizar a sua implementação talvez venham a gerar graves e intransponíveis distorções comprometendo a sua eficácia.

Essas considerações sugerem que talvez seja o caso de uma revisão do modelo de difusão, da hierarquia de prioridades, reconsiderando-se a importância dos vetores de difusão tecnológica.

Outro tema importante para reflexão dentro dessa complexidade e diversidade de problemas que envolve a atividade agrícola e qual o papel que cabe ao Estado desempenhar nesse contexto tem que ver com a questão da centralidade da modernização da agricultura.

Será mesmo que é esta a questão principal ? ou então, será que o caminho da modernização que se preconiza (?) é o mais correto? Não será o caso talvez, de se repartir um pouco da sua importância com outras questões submersas ou tomadas em menor consideração por consideradas de menor relevância?

A ação conhecida como "distribuição de sementes" pode ser um exemplo interessante de como as expectativas pessimistas dos agricultores de determinada região, frente ao plantio de uma nova safra podem ser revertidas com medidas simples de resposta imediata, embora consideradas por muitos como episódicas, casuísticas. Claro que essas ações para produzirem maior eficácia talvez mereçam conquistar o status de programa governamental ou uma instituição, tal a necessidade de planejamento, da alocação de recursos, da rigidez dos prazos, da sua continuidade, por exemplo. Não se pode negar, todavia, que num momento de total descapitalização da agricultura, de acesso difícil ao crédito agrícola por inadimplência dos mutuários (produtores), que uma medida aparentemente tão singela como esta seja capaz de trazer uma contribuição bastante efetiva para uma boa safra, para a geração de renda e emprego no campo. Simplesmente a garantia de algum suprimento de sementes de qualidade, nas quantidades mínimas necessárias.

A PESCA NO ESTADO DA BAHIA - SUAS LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

Marcos Rocha(*)

A Portaria Interministerial nº 02, de 29 de abril de 1994, assinada pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, instituiu um Grupo de Trabalho, para elaborar uma proposta de Política Nacional de Pesca. O Grupo de Trabalho, por sua vez, buscou apoio a outras instituições da administração pública, bem como Entidades de direito privado, para constituir subgrupo capaz de oferecer suporte a elaboração a nível do Estado. O subgrupo da Bahia foi composto pelas seguintes instituições: BAHIA PESCA S.A./ SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA, SEBRAE - Ba, SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DA BAHIA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMAÇARI e AQUIPECA.

O Perfil traçado a partir do subgrupo constituído, pretendeu buscar um retrato fiel da PESCA ARTESANAL DO ESTADO, realçando suas carências e potencialidades com vistas a subsidiar o Grupo de Trabalho Interministerial no que concerne à elaboração de uma Política Nacional de Pesca visto ser esta, uma atividade de importante função social, produtora de alimentos de primeira qualidade e absorvedora de um grande contingente de mão de obra pouco qualificada.

O Estado da Bahia possui a maior extensão de litoral dos Estados do Brasil, com 427 milhas e cerca de 800 km em linha reta e aproximadamente 1.200 km, considerando-se as grandes reentrâncias, representando cerca de 14% da costa brasileira, possuindo uma das maiores reservas de peixe de "qualidade" em águas costeiras. As características deste litoral constituem-se num fator importante para a análise da estrutura pesqueira e as diversidades zonais aí encontradas.

Essas peculiaridades fisiográficas se manifestam através de diferenças ocorridas em relação ao traçado do litoral, bem como na constituição e expansão da plataforma continental que, desde o limite com Sergipe até a altura da cidade de Belmonte apresenta-se bastante estreita, com cerca de 12 milhas de largura. A partir daí vai havendo uma expansão progressiva, chegando, na região do extremo sul, a atingir 120 milhas.

O fundo da plataforma continental é duro e extremamente acidentado, formado por uma laje calcária associada à estruturas coralíneas. Esse fundo rochoso e irregular, principalmente na isóbata dos 50m e no limite do talude é o habitat de espécies nobres, tais como: vermelhos, badejos, garoupas, chernes e lagosta. A captura destas espécies, normalmente sedentárias, habitantes dos fundos rochosos, fica limitada ao uso de linha simples, espinheis e armadilhas, o que favorece e condiciona a atuação de uma frota artesanal.

No litoral baiano merece destaque as baías de Todos os Santos e de Camamu que possuem um grande número de estuários, formando um complexo de manguezais que se estendem de forma praticamente contínua entre elas. Este enorme complexo de manguezais, ecossistema cuja riqueza biótica é fortemente comprovada, proporciona o sustento a um contingente de aproximadamente 26.000 pescadores e 11.000 marisqueiras, segundo o PERFIL DO SETOR PESQUEIRO, elaborado pela BAHIA PESCA S/A em 1994, além de representar um enorme potencial para o cultivo de organismos marinhos.

Merece referência ainda " ... o Arquipélago de Abrolhos, uma elevação de rochas vulcânicas, localizado na parte mais larga da plataforma do Estado, que se constitui na zona mais piscosa do litoral. Sua exploração, entretanto, é restringida por importantes e necessárias medidas ecológicas..." (Potencial Pesqueiro do Estado da Bahia - DESEMBANCO/ Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais - 1985).

Com relação as águas interiores, o seu potencial dulcícola é representado pelo grande número de bacias, rios e lagos existentes, contando ainda com numerosos açudes e barragens destinados ao abastecimento urbano, rural, irrigação, pesca e piscicultura.

Ressalta-se que apenas o Lago de Sobradinho localizado no Rio São Francisco, resultado da implantação da usina Hidroelétrica, represa cerca de 34 bilhões de m³ de água, com área inundada de 420.000 ha ocupando um total de 4.214 km². Com um total de 350 km de extensão entre as cidades de Juazeiro e Xique Xique, o reservatório de Sobradinho forma o maior lago artificial que se tem conhecimento (DIAGNÓSTICO DO SETOR PESQUEIRO - SUDEPE, 1988).

As potencialidades apresentadas a partir das águas interiores, apesar de serem ainda pouco conhecidas e exploradas,

(*) Biólogo-Gerente do Departamento Técnico - BAHIA PESCA S/A

proporcionam sustento a aproximadamente 34.400 pescadores, segundo a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, 1994.

Em função das características da plataforma, da sua ictiofauna, e da própria capacidade de investimento por parte do pescador, a pesca no Estado da Bahia pode se caracterizado como eminentemente artesanal, sendo que apenas 9,5% do pescado é capturado por micro e pequenas empresas - cooperativas e frigoríficos, proprietários ou arrendatários de embarcações, que também se utilizam dos mesmos métodos de captura. Essas condições físicas do fundo, ao longo da costa do Estado e as condições oceanográficas determinam ainda a qualidade e a quantidade de recursos pesqueiros e limitam o uso de determinados tipos de embarcações e métodos de pesca, representados basicamente por aparelhos estáticos (rede de malhar, anzol, etc.).

O setor pesqueiro é traduzido em duas atividades, a pesca e a mariscagem. A distinção entre elas se dá em função do produto capturado e do sexo da pessoa que exerce a atividade. Enquanto a pesca é exercida basicamente pelos homens que utilizam embarcações e apetrechos de pesca, capturando peixes e crustáceos, a mariscagem é uma atividade considerada feminina, embora muitos homens a exerçam, resultando na captura de moluscos e crustáceos manualmente ou utilizando armadilhas. Nas regiões estuarinas, que representam grande parte do litoral baiano, a mariscagem reveste-se de grande importância sócio-econômica, absorvendo considerável mão de obra, envolvendo porém na maioria das vezes, quase todos os membros da família no beneficiamento do produto. Sua importância é tal, que a extinta SUDEPE criou a categoria das marisqueiras e, segundo a BAHIA PESCA S/A, esta categoria congrega cerca de 11.000 profissionais que contribuem de forma decisiva na renda familiar necessitando de especial atenção, haja vista a peculiaridade da atividade.

a organização social:

O sistema representativo dos pescadores no Estado é o da colônia de pesca. Existem, atualmente, segundo a Federação de Pescadores 57 colônias sendo 40 de águas litorâneas e 17 de águas interiores. A ausência de investimentos, aliado a falta de conscientização dos pescadores têm dificultado a atuação das colônias fazendo com que possuam um limitado poder de aglutinação, passando pela insuficiência da organização administrativo - financeira até a precariedade das instalações físicas.

Além das Colônias, o Estado possui 05 Cooperativas de Pesca, localizadas na Região sul, e associações de pescadores encontradas principalmente na Região metropolitana de Salvador, que apesar de proporcionarem aos seus respectivos associados alguma infra-estrutura, não conseguem também um fator de aglutinação.

o sistema produtivo:

As características da plataforma continental, bem como o desenvolvimento das forças produtivas, aliadas a outros fatores econômico-sociais, como sejam, a disponibilidade de recursos financeiros e as diretrizes governamentais, constituem-se em fatores importantes para a avaliação da produtividade do setor pesqueiro do Estado.

Por não se dispor de pesquisa de prospecção e um efetivo controle de desembarque, fica difícil a determinação do potencial pesqueiro do Estado. Entretanto sabe-se que, em termos globais " ... o pescado não é um produto do oceano inteiro, mais apenas 10% dele. Sendo que 9,9% encontra-se em mar epicontinental, o mar costeiro, raso, e 0,1% de zonas de ressurgência, os oásis do mar " (SILVA, 1972:29).

Das 427 milhas de águas continentais da Bahia, grande parte ainda se encontra inexplorada, persistindo a tendência de se explorar pesqueiros tradicionais quase sempre próximos aos locais de residência de pescadores. "... A quantidade e o tipo de embarcações varia de ponto para ponto, a depender da sua localização geográfica (influência de maré, do poder aquisitivo dos pescadores, costumes regionais e do próprio estoque pesqueiro). Os apetrechos utilizados, basicamente são os mesmos, apesar de receberem denominações diferentes em algumas localidades (QUADRO 01).

Quadro 1 - Agrupamento dos apetrechos de pesca

ESPECIFICAÇÃO	TIPOS
Redes de malhar	arraeira, bagreira, caçoeira, corveira, parozeira, rede alta, rede de fundo, rede lixeira, rede de espera, rede de agulha, rede de lagosta, rede de roça e sauneira.
Redes de arrasto	andarilho, parelha, redinha, rede de camarão, rede de cerca, redinha de beira, rede de balão e rede de puxada.
Tarrafa	
Armadilhas	camboa, camboa de palha, jereré, covo, jiqui (canto), munzuá, rede de armar, tapasteiro (pesqueiro), tapagem e travessa.
Anzol	espinhel, linha de arrasto, linha de borbulha, linha de corso, linha de fundo e groseira.
Apetrechos de ferir	arpão (espingarda e compressor), bicheiro e gancho
Coleta manual	curupichel

Fonte: Bahiapescas S/A - Levantamento da Pesca Artesanal Costeira e Estuarina do Estado da Bahia - 1992/1993.

A produtividade está relacionada diretamente ao tipo e quantidade de embarcações / apetrechos de pesca e número de pescadores/marisqueiras, como também, a fatores externos tais como: adversidades climáticas, época de DEFESO, sazonalidade, condições de porto, dentre outros, que influenciam sobremaneira no rendimento final.

O litoral do Estado da Bahia, ainda segundo a BAHIA PESCA S/A dispõe de aproximadamente 199 pontos de desembarque de pescado. Nesses pontos estima-se uma produção média mensal de 5.771 toneladas de pescado, distribuída em 92,2% de pesca embarcada e 7,8% de pesca desembarcada (produto da mariscagem), empregando para tanto um total aproximado de 26.000 pescadores que utilizam na pesca embarcada cerca de 9.181 embarcações e 11.000 marisqueiras, que utilizam nas suas atividades apenas alguns poucos apetrechos.

As embarcações pesqueiras apresentam as mais diversas características, identificadas como: saveiros de boca aberta, saveiros convés, lanchas, canoas/batelões, lambaris, catraias/bateiras e jangadas.. Deste total 74% a propulsão é o remo, comprovando a precariedade da frota pesqueira existente, configurando a atividade produtiva como artesanal (BAHIA PESCA S/A - PERFIL DO SETOR PESQUEIRO, 1994).

A pequena frota pesqueira na Bahia encontra-se sucateada e, segundo a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, 60% dos pescadores artesanais não possuem nenhuma arte de pesca, 35% possuem equipamentos primitivos como redes, canoas, jangadas e catraias e apenas 5% possuem barcos motorizados de pequeno e médio porte.

Para águas interiores, o tipo de embarcação não se diferencia na sua totalidade, porém não se dispõe de dados qualiquantitativos atualizados.

infra-estrutura de terra:

A carência de infra-estrutura de recepção, conservação e beneficiamento nos pontos de desembarque do litoral dificultam o desenvolvimento da atividade pesqueira, favorecendo o surgimento da cadeia de intermediação, encarecendo o produto para o consumidor final, oferecendo produtos de baixas qualidades, principalmente aqueles beneficiados (catados), que sofrem manuseio em condições sanitárias precárias.

No que se refere à pesca de águas interiores, o quadro não difere muito do acima apresentado, embora com alguns agravantes. Conforme a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, apesar da falta de levantamentos de campo atualizados, a carência de gelo e de infra-estrutura básica é muito mais precária nos pontos de desembarque no interior.

Merece especial destaque a questão da infra-estrutura de frio já que o gelo, pelo fato do pescado ser altamente perecível, é um fator limitante tanto para a produção, quanto para a comercialização. A inexistência de estrutura de frio e fábrica de gelo na maioria dos pontos de desembarque inibe a produção e favorece o surgimento da cadeia de intermediação, aviltando o preço de pescado para o produtor.

comercialização:

As condições que estruturam a comercialização do pescado, atualmente pouco diferem daquelas identificadas na época colonial, possuindo um traço comum - OS INTERMEDIÁRIOS. O controle da produção se estabelece entre os que possuem maiores condições de armazenamento, conservação e escoamento da produção. Desta forma a maior ou menor facilidade de acesso ao gelo e ao transporte, possibilita a acumulação e concentração de capital na intermediação, determinando, por sua vez, um maior controle sobre os demais meios de produção (barcos, apetrechos, etc).

A trajetória percorrida pelo produto, desde a captura até o consumidor final, pressiona o nível do preço que este atinja no mercado consumidor, bem como estabelece rendimentos diferenciados para os compradores que se situam nas diferentes etapas de produção e comercialização. O rendimento do pescador varia, portanto, em função das condições naturais de produção, em técnicas de captura empregadas, bem como do número de agentes existentes na cadeia de intermediação.

A ausência de canais de comercialização adequados e/ou demasiadamente longos, contribuem para a perecibilidade de produto, descapitalização do pescador, elevação do preço para o consumidor e finalmente comprometimento do abastecimento local.

Dessa forma o estágio pré-industrial da pesca baiana fica plenamente caracterizado quando se constata que a precariedade dos processos de pesca e comercialização, inibem os investimentos.

“ ... Concluí-se, portanto que a atividade de comercialização é o ponto axial da pesca artesanal, verificando-se o estrangulamento da economia pesqueira natural que reduz todo pescador artesanal a uma força de trabalho dependente e, aos poucos marginalizada pelos proprietários dos meios de produção que ao mesmo tempo controlam a comercialização.

Ao exposto anteriormente, constata-se em termos gerais que:

a) O processo de comercialização caracterizado por uma extensa cadeia de intermediação eleva o preço da mercadoria para o consumidor, a fim de garantir o lucro dos intermediários.

b) Este fenômeno apesar de definir a situação de dependência e marginalização do pescador, reveste-se de relevante significado sociológico na medida em que ele representa um processo de “socialização” para a manutenção dos grupos que têm na distribuição do pescado sua única forma de sustento. Além disto, os intermediários propiciam condições sem as quais a atividade ficaria inviabilizada.

c) As condições de autonomia e renda do pescador são funções inversas do número de intermediários que se inter-

põem entre ele e o consumidor final, da proximidade dos centros consumidores, bem como das variações sazonais e da própria oscilação do mercado do pescado ... “ (Ivo, Anete B. L.-1975).

os principais problemas da pesca:

O setor pesqueiro coloca-se vulnerável a interação de uma série de fatos que refletem diretamente na baixa produção/produtividade, e em particular no descompasso entre a sua importância na economia do Estado e o que lhe é oferecido como estrutura de suporte, dessa forma a solução dos problemas da pesca artesanal dependem de ações conjuntas e coordenadas entre os diversos segmentos

Conclui-se que os principais problemas que hoje circundam o setor pesqueiro artesanal baiano pode-se ser assim sintetizado:

. A problemática da pesca artesanal é complexa, sendo dependente de uma série de fatores interligados, portanto qualquer abordagem destes problemas devem, obrigatoriamente, ser feita de forma conjunta.

. Falta de estudos sobre o potencial pesqueiro de águas costeiras e oceânicas, construindo o subsídio principal para atrair investimentos no setor;

. Um grande desafio para o setor, encontra-se na reprodução da força de trabalho nela empregada, já que uma das características que mais se manifesta, é o abandono da atividade em busca de uma outra que lhe assegure uma melhor condição de vida;

. É possível que o pescador não consiga absorver com facilidade mudanças tecnológicas profundas, capazes de elevar a produtividade. É indispensável pois, que se aprofundem alternativas de desenvolvimento da pesca que possibilitem ao pescador artesanal acesso aos bens de produção, permitindo uma evolução do nível de renda, aquisição de bens de consumo e introdução de elementos capazes de mobilizá-los em um processo de participação consciente.

. As ações institucionais até hoje implantadas pelos Governos Estadual e Federal não têm atingido o objetivo almejado, seja em decorrência de impedimento de ordem econômica, seja no descompasso pela falta do próprio entendimento e conhecimento das questões que se colocam em torno do setor pesqueiro, provocando dessa forma, total descrédito nas instituições, encaradas principalmente, como órgãos fiscalizadores e cobradores de tributos;

. Atualmente o mundo se depara com a necessidade de preservar o meio ambiente e em paralelo desenvolver atividades produtivas “limpas”. Neste contexto a pesca artesanal além de envolver um grande contingente de mão de obra na produção de alimentos é ecologicamente correta, ou seja, não polui nem depreda o meio ambiente, caracterizando-se como uma atividade que permite um desenvolvimento auto-sustentável, baseado na exploração equilibrada dos recursos naturais, permitindo a reposição dos estoques.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA - Banco de desenvolvimento S/A. Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais. Potencial Pesqueiro do Estado da Bahia. Salvador, 1985.

PERFIL DO SETOR PESQUEIRO - Litoral do Estado da Bahia, BAHIA PESCA S/A, Salvador 1994.

DIAGNÓSTICO DO SETOR PESQUEIRO - SUDEPE - Coordenadoria regional da Bahia. Salvador, 1988

(*) *Biólogo-Gerente do Departamento Técnico - BAHIA PESCA S/A*

A PISCICULTURA de alternativa para atividade lucrativa

Max Magalhães Stern ()*

O setor agropecuário representa 13,8% do Produto Interno Bruto da Bahia (SEPLANTEC, 1995) com um volume de produção estimado em US\$ 2,98 bilhões, embora absorva cerca de 42% da população ocupada do Estado. A agricultura corresponde a 54% do valor da produção setorial, com forte concentração em um limitado conjunto de produtos, como a soja, milho, cacau, café, mandioca e feijão. A produção animal representa 36% do produto agropecuário, dos quais 86% estão concentrados na criação de bovinos. A criação de outras espécies animais (suínos, ovinos, caprinos e aves) contribui com cerca de 14% da produção de origem animal. Cerca de 8% do produto agropecuário são derivados das atividades extrativas. O setor agropecuário vem registrado um declínio persistente na sua participação relativa no PIB estadual, segundo a trajetória normal de toda região em processo de industrialização e diversificação.

Especialmente, a agropecuária tem uma forte presença no semi-árido, que corresponde a mais de dois terços do território do Estado, e é responsável pela produção de mais de 45% da produção de lavouras na Bahia. Parcela significativa dos agricultores da região se concentra na produção de subsistência com baixos níveis de produtividade e com tecnologias tradicionais. Adicionalmente, padecem de grande vulnerabilidade, decorrente das estagnes periódicas, que provocam perdas incalculáveis à agricultura.

As atividades agrícolas tradicionais, caracterizada em commodities, a exemplo de cacau fumo, algodão, sisal e mamona, parte concentrada no litoral e no semi-árido, vêm enfrentando um acelerado declínio econômico e perda da competitividade e mercado. A crise principalmente dessas culturas tende a provocar uma redefinição da pauta de produção e sobretudo a busca na diversificação da produção na tentativa de explorar todos os níveis nas unidades de produção através das interações.

Dessa forma o Estado se coloca com grande potencialidade e condições favoráveis para o desenvolvimento da exploração de novas culturas agropecuárias. Existe solo de boa qualidade não aproveitado na agricultura e um potencial de recursos hídricos atrelado a condições de clima com condições indiscutíveis principalmente para piscicultura.

Essa atividade vem registrando um significativo crescimento no mundo inteiro devido a demanda crescente por

carnes brancas e a diminuição do volume da pesca decorrente de inúmeros fatores como a poluição e pesca predatória.

No Brasil, somente a partir da década de 80, a piscicultura assumiu características de atividade empresarial utilizando-se, principalmente, os cultivos semi-intensivo e intensivo.

Constata-se que a piscicultura, como uma atividade lucrativa disponível para diversificar, apresenta uma produtividade superior a outras criações. A relação hectare ocupado/proteína produzida é alta; enquanto o boi em um hectare, em três anos, em média, gera cerca de 500 quilos de carne, um viveiro de peixes, na mesma área, num sistema intensivo no Brasil alcança 10 toneladas de produto em apenas um ano. Um fato que ratifica este comparativo é que os peixes, assim como outros animais aquáticos devido ao fato de sua energia à função de crescimento, diferentemente de outros animais terrestres, pois têm que suportar o peso do seu próprio corpo.

Além das facilidades naturais as tecnologias da atividade vêm sendo aprimoradas para melhorar a produtividade das criações, a qualidade dos produtos e o retorno do investimento. O avanço das técnicas de reprodução, manejo, alimentação e melhoria das instalações, têm sido buscadas no Brasil considerando as experiências de países onde o setor atingiu elevado grau de desenvolvimento como em Israel, Japão, China, França e Estados Unidos, onde a produtividade é de 60 até 100 toneladas/ha/ano.

Grande parte das regiões do Estado apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento da piscicultura, como solo, pluviosidade e clima quente, onde a constância da luz solar favorece a produção primária, necessária à atividade. Além de tudo a piscicultura pode integrar-se a outras atividades agropecuárias utilizando seus subprodutos como insumo.

Com relação a mercado pode-se afirmar que o Nordeste é o segundo centro consumidor per capita de pescado (11 kg/ha), superado apenas pela Região Norte. É o maior consumidor de pescado seco-salgado e o primeiro consumidor em volume de pescado no Brasil. Dentre os estados que pertencem a Bacia do Rio São Francisco (Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas), a Bahia ocupa o primeiro lugar em consumo de peixes.

No Estado, existe um déficit que segundo cálculos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE, atualmente gira em torno de 58:000 ton./ano de

(*) Diretor Presidente da BAHIA PESCA S/A

pescado. Partindo do princípio que o preço médio do quilo de peixes de água doce é de R\$ 2,00, pode-se afirmar que deixa de circular no Estado cerca de R\$ 116.000.000,00, gastando-se muito mais na importação de peixes, muitas vezes de 2a. ou 3a. categorias, capturadas no Sul do País.

Essa grande diversidade de âmbitos no que se pode desenvolver a atividades piscícola, conduz a uma aplicação de medidas específicas para impulsionar as diferentes modos de produção: . a piscicultura de repovoamento que realiza nos corpos d'água de uso múltiplo através do sistema periódico de reposição - peixamento; e uma piscicultura de subsistência que busca se integrar as atividades agropecuárias, gera produção basicamente ao autoconsumo; e piscicultura comercial, na qual se empenha em especificamente desenvolver para este fim, e que tem maiores requerimentos de capital e tecnologia.

A piscicultura de repovoamento também encontra no Estado da Bahia condições ideais para o seu desenvolvimento, onde " ... de forma indiscutível o potencial dulcícola, representado pelo grande número de bacias, rios e lagos existentes, conta com numerosos açudes e barragens destinados ao abastecimento urbano e rural que totalizam aproximadamente 9.506.580.000m³ represado" (Diagnóstico do Setor Pesqueiro - SUDEPE, 1988).

Ao longo dos anos a Secretaria da Agricultura, através da BAHIA PESCA S/A vem trabalhando principalmente com esta forma de piscicultura que se encontra amplamente difundida pôr diversos açudes públicos e particulares através das ações de peixamento. Sendo para tanto utilizados espécies trazidas de outras regiões, pôr apresentarem qualidades superiores a das espécies nativas ou pôr se alimentarem em uma faixas inexploradas da cadeia alimentar, aumentando, apesar da forma de exploração extensiva, a produtividade dos reservatórios.

Apesar dos esforços da BAHIA PESCA S/A tentar desenvolver a piscicultura, a exploração atual dos recursos aquáticos do Estado ainda é inexpressiva em função do produtor visualizar a piscicultura ainda com descrédito em virtude de ser uma atividade relativamente nova no Estado. Entretanto, os progressos realizados nestes últimos anos no controle de produção de peixes, aclimação e a relativa disponibilidade de alevinos a baixo custo nas 05 Estações de Piscicultura administrados pela BAHIA PESCA S/A, com uma produção anual de 10.500.000 alevinos, fazem com que a atividade constitua uma das mais importantes alternativas para diversificação de produção nas mais diversas regiões que conformam a Bahia.

Arelado a Piscicultura de repovoamento, a BAHIA PESCA S/A, apresenta proposta de intervenção ao nível de exploração de açudes e lagos de particulares, como uma

alternativa de investimentos produtivos que, com baixo custo de implantação, garantem retorno bastante significativo a proprietários rurais que se habilitam a maximizar a utilização de açudes ou lagos naturais existentes nas suas unidades de produção.

O pequeno corpo d'água não deve ser desprezado para a piscicultura semi-intensiva porque, ao contrário do que se pense geralmente, seu tamanho favorável a um melhor controle dessa atividade (povoamento, adubação, alimentação e despesas), igual ao que acontece com um viveiro.

A piscicultura em pequenos açudes constitui uma atividade de grandes vantagens destacando-se necessidade de um investimento limitado (já existindo o açude); exige pouca mão de obra e nenhuma fonte de energia, apresenta pouquíssimos riscos, retorno econômico mais seguro, permite produção pôr hectares 20 vezes, considerando-se que a produção de um hectare de pastagem é da ordem de 100 kg de carne/ha/ano, único meio de valorizar açudes de água salinizada, impróprios a qualquer outro tipo de utilização, aumenta a disponibilidade e a qualidade de alimentação familiar e em termos alimentares, deve-se ressaltar o grande valor do peixe.

A receita básica para a viabilidade da piscicultura está diretamente associada a um manejo e gerenciamento que permitam obter um rendimento compatível com os investimentos efetuados.

Assim, não basta construir bons viveiros a baixo custo. É necessário que a quantidade e a qualidade de água, o manejo da densidade e alimentação sejam adequadas visando obter um produto de melhor qualidade a menores custos unitários. A partir de cada forma de exploração, estabeleceu-se o modelo de exploração com sua respectiva produtividade e taxa de retorno do investimento.

Nesse trabalho, pretende-se oferecer um marco inicial para uma tipologia de cultivo de peixes de água doce, partindo do princípio que só apreendendo com nitidez as características que modelam a exploração, é possível traçar os componentes basilares para uma estratégia de diversificação da produção; e foi desenvolvido basicamente nos leitores tomadores de decisões nos diferentes ramos da agropecuária estadual, um modelo de divulgação da atividade através da imprensa., onde a partir dos próximos números serão publicados os capítulos do MANUAL BÁSICO DE PISCICULTURA.

Os referidos capítulos serão divididos em: fundamentos teóricos, o meio aquático, instalação de tanques e viveiros, manejo, reprodução, prevenção de doenças parasíticas, conservação do pescado, sistemas de exploração e aspectos econômicos da exploração.

PLANEJAMENTO E POLÍTICA

Guilherme Castro

As habilidades técnicas necessárias para a elaboração e implantação de planos são tão importantes quanto as habilidades necessárias para lidar com os aspectos políticos que envolvem a negociação dos planos. É um erro julgar que a qualidade técnica contida nos planos seja tão lógica e racional que deveria se impor sobre qualquer outra forma de pensar. Infelizmente, a variável política é vista por muitos profissionais como uma lamentável deformação cultural. Quando não conseguem que a racionalidade técnica por si só se imponha culpam interesses escusos, corporativismo, corrupção etc. Esquecem que a política é expressão do jogo de forças dos diversos segmentos que compõem a sociedade. O resultado deste equívoco é que muitos bons planos se perdem devido a inabilidade destes profissionais para conduzirem politicamente seus trabalhos.

A política, o jogo do poder, é um componente inerente a elaboração e a implementação de estratégias, desde as mais simples, a exemplo de alguém que quer conseguir um emprego, até as mais complexas como uma empresa que quer introduzir seu produto num determinado mercado, ou mesmo um departamento do serviço público que quer realizar serviços ou implementar um plano de desenvolvimento regional. Todas as instâncias de realização na sociedade exigem estratégias políticas e de uma forma ou de outra, todos na prática, acabam realizando alguns passos de uma estratégia política, embora muitas vezes, para não dizer na maioria dos casos, estes passos são concebidos e executados de forma desordenada.

Ian C. MacMillan da Universidade de Columbia, nos dá um roteiro simplificado para o ordenamento teórico de um fenômeno fartamente observado na prática:

Como resultado da análise do ambiente social e econômico, as organizações percebem ameaças e oportunidades. Digamos que uma organização esteja interessada em aproveitar uma determinada oportunidade. O primeiro passo é identificar quais os atores chaves que influenciam esta oportunidade. Atores que se beneficiarão das oportunidades

poderão ser identificadas como futuros aliados. Por outro lado atores que se coloquem como ameaças são potenciais oponentes da organização em relação aquela determinada oportunidade.

O segundo passo é a conquista dos aliados, o que é fundamental para o sucesso da estratégia. Para se estabelecer uma política de aproximação em pé de igualdade é necessário determinar o poder de influência que a organização dispõe independente de qualquer aliança. Em seguida é preciso levar a cabo um detalhado exame da política interna e externa dos futuros aliados visando conhecer seus pontos fortes e fracos. Com base nesse conhecimento a organização pode desenhar as bases de negociação com os futuros aliados. A organização então forma com eles uma aliança e pode passar a dar atenção aos seus oponentes.

Deve-se proceder com os oponentes da mesma maneira, ou seja, analisar seus interesses e suas formas de agir, o que resulta no entendimento do poder, da influência e das fraquezas que eles dispõem.

A partir dessa base tem-se condições de uma posição mais firme em relação aos oponentes, ou seja, de formular uma estratégia ofensiva e defensiva, além, evidente, de construir alianças mais fortes e de evitar que o oponente perceba as fraquezas da organização e de sua aliança.

Quando a organização e sua aliança formula uma estratégia ofensiva ela utiliza a própria força e fraqueza do adversário. Quando formula uma estratégia defensiva ela pensa na força do adversário e na própria fraqueza.

Formuladas as estratégias defensiva e ofensiva, a aliança tem condições de formular uma estratégia de negociação para chegar a um acordo com os oponentes no sentido de evitar confrontos que possam prejudicar a todos.

Depois de todas as estratégias elaboradas e postas em prática a organização parte para monitorá-las e usar o resultado deste monitoramento para reiniciar a análise do ambiente o que levará a identificação de novas ameaças e oportunidades.

(*) Coordenador de Economia Rural/SEAGRI

IRRIGAR NO SEMI-ÁRIDO É BOM NEGÓCIO, SIM.

José Olímpio Rabelo de Moraes ()*

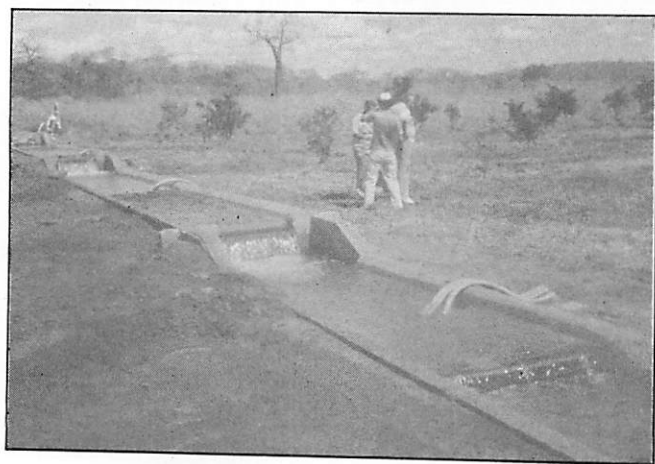
As oportunidades de bons negócios na agricultura e pecuária do semi-árido brasileiro têm sido, ao longo dos anos, motivo de discussões e questionamentos por parte da maioria das correntes de planejadores do setor agrícola.

As iniciativas de produzir, em grande porção dos casos, não seguem critérios econômicos consistentes. Desconsideram-se os princípios de mercado, concorrência e qualidade, além do que desprezam-se o uso de processos tecnológicos conhecidos e adequados às características regionais.

O usual e bem intencionado incentivo ao plantio de culturas de subsistência é um dos caminhos recomendados, entretanto, os objetivos de alcançar a auto-manutenção alimentar dos produtores e seus familiares não tem prevalecido. A adoção de variedades inadaptadas às condições edafo-climáticas locais enseja, como consequência, grandes riscos de insucesso das colheitas e, quando produz, seus rendimentos têm custos muito elevados e pouca competitividade.

Os reflexos desse quadro se manifestam, claramente, no momento em que são acionadas as intervenções emergenciais, durante o período de grandes secas. Os alimentos básicos distribuídos às populações flageladas, a exemplo do feijão, provêm de regiões que os produzem de forma regular e a preços bem mais acessíveis.

Os ciclos alternativos de fartura e privação, vivenciados pelos habitantes da zona rural, podem ser quebrados, e o processo de exploração da agricultura e da pecuária, não deve sofrer solução de continuidade.



A conquista dessa condição começa com o conhecimento dos modelos de produção recomendados pelos centros geradores de tecnologia e adaptados às condições de clima, solo e água, das diversas zonas do semi-árido. Sua aplicação, no caso requer trabalho perseverante e desligado de preconceitos, tabus, ou mesmo do sentimentalismo protecionista que inibe a criatividade do produtor rural.

Adotando-se esse comportamento seriam criados bens e serviços, levando-se em consideração os fatores circunstanciais de trabalho, capital, técnica, tempo, qualidade, oferta e procura, usados de forma competente e semelhante ao que ocorre nas áreas de agricultura sabidamente concorrente.

Existem opções seguras e conhecidas que, se bem aproveitadas, apresentam vantagens comparativas inigualáveis. Essa assertiva pode ser aplicada, tanto nos empreendimentos irrigados, quanto nos de sequeiro. A dimensão da unidade produtora é um elemento a ser considerado e deve obedecer a parâmetros de viabilidade econômica consistentes, sem a preocupação isolada do distributivismo de terras.

Só mais recentemente tem sido clara a compreensão de que o clima quente, seco e a grande luminosidade são fortes aliados na concepção de produtos de alta qualidade competitiva. O País tem que perseguir, de forma obstinada, essa alternativa de praticar a agricultura irrigada no semi-árido do Nordeste, em solos aptos e localizados nas proximidades dos mananciais de água disponíveis, em quantidade e qualidade. Assim procedendo o Brasil ampliará sua participação no mercado mundial de produtos alimentícios de alto valor comercial e de consumo crescente.

A Bahia pode contribuir, de maneira expressiva, nesse



(*) Coordenador de Irrigação

esforço nacional, pois é o Estado nordestino com melhores características e o de maior potencial.

Um dos argumentos usados pelos que questionam a irrigação é o alto custo dos seus investimentos. A análise pura e simples do preço de um hectare irrigado favorece a tese dos opositores, mas, quando a discussão passa pela rentabilidade obtida e pelo número de empregos gerados, aumenta a compreensão de se investir na agricultura irrigada.

A propósito da problemática do mercado de trabalho, que cada vez mais passa a ser um desafio dos governantes, a horti-fruticultura irrigada apresenta uma vantagem comparativa a outros empreendimentos, no referente ao emprego permanente gerado face o investimento realizado (vide gráfico).

O aspecto da geração do emprego e o seu custo mostram, meritoriamente, a importância econômica e social dos projetos de irrigação. A cada hectare irrigado cria-se, em média, 0,6 oportunidade de trabalho direto no meio rural. Considerando-se os R\$13.000,00 de investimento por emprego direto criado e a adoção de 0,6 emprego por hectare, deduz-se que o custo de um hectare irrigado situa-se na casa dos R\$7.800,00. Por outro lado, um emprego direto na agricultura irrigada propicia a formação de dois empregos indiretos nos serviços de apoio (pré e pós colheita), o que reforça a decisão de se implementar, cada vez mais, o processo irrigatório. Obtem-se números menores por unidade de área quando se trabalha com agricultura em geral e pecuária, porém, essas atividades, modernamente, têm se caracterizado como absorvedoras de pouca mão de obra.

Quanto ao aspecto econômico da irrigação no semi-árido do Nordeste, onde a grande maioria dos projetos irrigados são exigentes de energia para bombeamento e/ou pressurização, receitas inferiores a R\$3.000,00 por hectare por ano inviabilizam qualquer empreendimento. Projetos bem conduzidos, na região, geram receitas que variam de R\$3.000,00

a R\$20.000,00 por hectare por ano. Nas áreas com alta diversificação e forte presença de fruticultura e horticultura os rendimentos médios estão situados em torno de R\$10.000,00 por hectare por ano.

Na Bahia o "Programa Plurianual de Irrigação" elaborado pelo Governo do Estado, prevê a implantação no período de 4 anos (1996-1999), de 86.000 hectares irrigados, proporcionando a criação de 51.600 postos de trabalho direto e permanente no interior do Estado, localizados, na sua maioria, na região do semi-árido. Agregue-se a esses números a relevância de o citado Programa favorecer, ainda, a possibilidade de serem adicionados mais de 100 mil empregos indiretos.

A incorporação da referida área aumentará em 54% a superfície irrigada do Estado, hoje com 160.000 hectares, ademais adiciona R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais) ao PIB agropecuário da Bahia, considerando-se uma renda bruta média de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare por ano. Ao adotar essa renda média atende-se, inclusive, as explorações de forrageiras e grãos, culturas de baixo valor agregado.

A viabilidade das áreas com irrigação, em especial aquelas dedicadas, predominantemente, à horti-fruticultura, se apresentam como incontestáveis, pois a economicidade dos empreendimentos que já estão produzindo se enquadra nos mais modernos princípios de gerenciamento existentes no mundo. Os rendimentos de culturas tais como manga, uva, banana, maracujá, mamão, melancia, abacaxi, melão, tomate, cebola e tantas outras, são estimulantes para quem pretende aplicar seu dinheiro em bons negócios - seguros e com bons lucros.

A oportunidade de investir em irrigação no semi-árido é, pois, uma opção moderna, dinâmica e representa um dos maiores atrativos de empreendimentos no País.

INVESTIMENTO POR EMPREGO PERMANENT

